

O MOVIMENTO COLABORA EDUCAÇÃO, A POLÍTICA COLABORATIVA DO AMAPÁ E A GOVERNANÇA (2016-2023)

Sheila Jaciara Medeiros Ribeiro
Universidade Federal do Amapá
sheilajaciararibeiro3@gmail.com

Cleidia Maria Nogueira Prado
Universidade Federal do Amapá
cleidiaprado@gmail.com

Ilma de Andrade Barleta
Universidade Federal do Amapá
ilma.barleta@unifap.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Amapá. O objetivo central foi discutir a governança na Política Colaborativa do Amapá, sistematizada pelo Movimento Colabora Educação (MCE), no período de 2016 a 2023.

Partimos do pressuposto de que o conceito de Regime de Colaboração está em disputa e a presença do MCE na construção desse conceito, por meio da indução de políticas públicas, faz parte da reforma educacional de tendência neoliberal que busca legitimar seu modelo de governança. Assim indagamos: Qual é a concepção de governança presente na Política Colaborativa do Amapá, sistematizada pelo MCE?

Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica e análise documental. Os documentos que fizeram parte do *corpus* da pesquisa foram: a revista Sistematização da Política Colaborativa do Amapá, 2022; o Regime de Colaboração Estados-Municípios: aprendizados e perspectivas para as gestões estaduais, 2022; além de informação disponíveis no *site* oficial do MCE.

Para apresentação das discussões e resultados este resumo expandido está organizado, além da introdução, de dois eixos de discussão e considerações finais.

1 MOVIMENTO COLABORA EDUCAÇÃO

O MCE lançado oficialmente em 2016, constituiu-se por meio da articulação de uma agenda comum entre o empresariado e o terceiro setor para atuação na educação pública, coordenada inicialmente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com vistas ao “fortalecimento da governança e pela expansão das ações cooperativas entre os entes federados em políticas de educação” (MCE, 2024).

O objetivo central do MCE foi traçar estratégias de ação e mobilização para definir e implementar o Regime de Colaboração como eixo central de articulação para a melhoria da qualidade do ensino e para a implementação do Sistema Nacional de Educação. Para tanto, o MCE conta com a parceria de fundações e institutos diretamente ligados ao setor privado, a exemplo, o Todos Pela Educação, a Fundação Lemann, o Instituto Natura, a Fundação Unibanco, o Instituto Positivo, o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Itaú Social.

O Regime de Colaboração no contexto educacional é citado na Constituição Federal de 1988 em seu Art. 211 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, nos Art. 8º e 62. Contudo, o MCE aponta que mesmo sendo citado nas leis que regem a educação brasileira, não há uma real definição que oriente estados e municípios a trabalharem de maneira pactuada em seu território. Assim, o movimento articulado entre estes “parceiros da educação” de acordo com Araújo (2020, p.9) “[...] tem produzido uma narrativa baseada na ineficiência da gestão pública e na falta de regras quanto às responsabilidades dos entes federados, o que justificaria a construção de outros modelos de cooperação mais institucionalizados”.

Em um dos documentos produzidos pelo MCE intitulado “Regime de Colaboração Estados-Municípios” é defendido que

Além da gestão democrática entre as redes estaduais e municipais, é imprescindível também convidar outros atores e instituições da sociedade civil que sejam relevantes no território (Undime, associações municipais, especialistas no assunto, sindicatos, outras secretarias, conselhos, organizações do terceiro setor, entre outros) de maneira a engajá-los na política desde sua concepção (2022, p. 10).

Assim, o MCE ao buscar reunir diferentes atores e instituições da sociedade civil, forma uma rede que, de acordo com Rodrigues (2020), configura-se como sistemas macroestruturais que atuam nas políticas públicas e influenciam ações interfederativas, fazendo com que interesses particulares induzam interesses políticos e

sociais, onde, cada um, busca “a seu modo planejado e estratégico, a legitimidade de seus argumentos, princípios e valores, indicando modelos de colaboração interna na própria rede silenciada de tensões e divergências” (RODRIGUES, 2020, p. 139).

Na página *web* do MCE está disponível o “Guia de Regime de Colaboração” que recomenda e orienta a implementação desse modelo, além de apresentar experiências de sucesso na implementação do Regime de Colaboração no Paraná, Maranhão, Espírito Santo, Ceará e Amapá. Diante disso, nos interessa nesse estudo discutir a implementação da Política Colaborativa no estado do Amapá.

2) SISTEMATIZAÇÃO DA POLÍTICA COLABORATIVA DO AMAPÁ

O Amapá foi o primeiro estado da região Norte em construir a sua Política Colaborativa, tomando como referência experiências bem-sucedidas do estado do Ceará. A revista de Sistematização da Política Colaborativa do Amapá (2022, p. 4), destaca que:

A esta cooperação entre os sistemas de ensino para o cumprimento dos objetivos educacionais se dá o nome de Regime de Colaboração. Nos territórios subnacionais, boas práticas entre estados e municípios vêm se multiplicando nos últimos anos a partir do entendimento de que a colaboração é uma estratégia eficaz para elevar a qualidade e a equidade da oferta educacional em todo o território.

A regulamentação do Regime de Colaboração do estado do Amapá se deu com a Lei nº 2.448/2019, denominada Colabora Amapá Educação. A estrutura do Regime de Colaboração dar-se-á em 02 (dois) eixos de atuação: I eixo administrativo; II eixo aprendizagem. O MCE produziu um Guia de Regime de Colaboração Estado e Municípios. Desse documento chamamos a atenção para questão da governança participativa tomada como estrutura que define os atores estratégicos e a forma de interação entre eles em torno de propósitos comuns para o fortalecimento dessa política.

Figura1. Estrutura da Governança na Política Colaborativa do Amapá.



Fonte: Elaboração própria, 2022

Fonte: Sistematização da Política Colaborativa no Amapá (2022).

A governança está pautada na concepção de funcionalidade na estrutura entre os sistemas de ensino, em que a colaboração é uma estratégia eficaz para elevar a qualidade e a equidade da oferta educacional. No entanto, se considerarmos o contexto das políticas públicas que estão sendo desenhadas sob a ótica do neoliberalismo, podemos constatar o aumento do controle pela iniciativa privada e a redução do papel do Estado. Assim, o “Estado “regulador” é aquele que mantém com empresas, associações ou agências públicas que possuam certa autonomia de gestão relação contratuais para realização de determinados objetivos”. (DARDOT; LAVAL, 2018, p. 297-298).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo estudo realizado podemos dizer que a Sistematização do Regime de Colaboração no Amapá, sob a orientação do MCE, organização do terceiro setor, implicou na pactuação entre estado e municípios ao assumir compromisso com a melhoria da aprendizagem dos estudantes de todo o território, baseados na experiência do Ceará, tendo como agentes parceiros para implementação diversos grupos empresariais.

O modelo de Regime de Colaboração em curso se dá pelos princípios neoliberais, no qual busca instituir a governança pautada na inserção do setor privado na definição e condução das políticas públicas educacionais. Com efeito, o MCE tem

mobilizado esforços e estratégias para impulsionar ideias neoliberais no campo da educação no atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista.

No estado do Amapá, sob o fetiche das experiências exitosas advindas de outros contextos, a Secretaria de Estado da Educação vem continuamente buscando aprimorar a cooperação federativa e o Regime de Colaboração, na esteira do proposto pelo MCE. Para aprofundamento em outros estudos é mister buscar entender os impactos da privatização da política educacional e o direito à educação.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ, Governo do Estado do. **Lei nº 2448/2019**. Macapá-AP, 2019.

AMAPÁ, Sistematização da Política Colaborativa do. MCE: 2022.

ARAÚJO, Gilda Cardoso. **“Educação Já!” e a governança federativa: a nova investida do movimento Todos Pela Educação na definição do Sistema Nacional de Educação**. Educar em Revista, Curitiba, v. 36, e77534, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOVIMENTO COLABORA EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://movimentocolabora.org.br/>. Acesso em: jan/2024.

REGIME DE COLABORAÇÃO ESTADO-MUNICÍPIOS: Aprendizados e perspectivas para as gestões estaduais. MCE: 2022.

RODRIGUES, Rodrigo Ferreira. **A ação social do “movimento colabora educação” em políticas educacionais interfederativas**. 2020. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2020.